



ELEIÇÕES LEGISLATIVAS, 18 DE MAIO DE 2025

Ensino Particular e Cooperativo (EPC), Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Misericórdias

A FENPROF TEM SIDO A ORGANIZAÇÃO SINDICAL QUE MAIS TEM INTERVINDO NA DEFESA DOS DIREITOS LABORAIS DOS DOCENTES DO ENSINO PRIVADO E DO SETOR SOCIAL, ASSIM COMO A QUE MAIS TEM LUTADO PELA VALORIZAÇÃO E PELA DIGNIFICAÇÃO DA FUNÇÃO DOCENTE NESTES SETORES.

Apesar das dificuldades, a FENPROF sempre manteve como prioridade na luta sindical a negociação de convenções coletivas que garantam melhores condições de trabalho, salários e carreiras.

Para além da sua ação nesta frente sindical, a FENPROF também tem reunido com os grupos parlamentares/partidos e com os ministérios que tutelam estes setores de ensino, apresentando propostas que considera serem um contributo para melhorar a situação socioprofissional dos respetivos docentes.

INFELIZMENTE, O GOVERNO DA AD (PSD/CDS), APÓS UM ANO DE LEGISLATURA, NÃO CUMPRIU DIVERSAS MEDIDAS COM AS QUAIS SE COMPROMETEU NO SEU PROGRAMA, NOMEADAMENTE:

- Integrar a faixa etária dos 0 aos 3 anos no sistema educativo tutelado pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação;
- Promover uma rede de escolas públicas de ensino artístico especializado de música, dança e teatro;
- Melhorar o modelo de Contrato de Patrocínio, destinado a financiar os estabelecimentos de ensino artístico especializado (EAE);
- Otimizar a rede de oferta de ensino profissional (EP) e melhorar o seu modelo de financiamento.

POR CONSEQUINTE, A FENPROF CONSIDERA PRIORITÁRIO:

- A passagem da tutela pedagógica da creche para o Ministério da Educação;
- A intervenção e a fiscalização, por parte do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, em relação ao apoio financeiro concedido às creches do setor social, de modo a interceder junto das entidades representativas deste setor, no âmbito da negociação coletiva, com o objetivo de desbloquear as carreiras dos/as docentes que exercem funções em creche;
- A criação de uma rede nacional de EAE, articulada entre diversas escolas tipificadas, salvaguardando a indicação de uma escola de referência por cada unidade territorial;

- A alteração do atual modelo de financiamento do EAE, tendo como critérios prioritários na sua atribuição as habilitações profissionais, a antiguidade do corpo docente e a massa salarial real de cada escola;
- A atualização do financiamento das turmas do EP, equiparando-o aos custos das turmas das escolas públicas;
- A fiscalização e o controlo dos financiamentos públicos a estabelecimentos do EPC, IPSS e misericórdias, por parte dos respetivos ministérios, de modo a evitar o uso indevido dessas verbas;
- A revogação das normas do Código do Trabalho relativas à caducidade das convenções coletivas e a reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador.

A luta dos docentes do EPC, IPSS e Misericórdias por melhores condições de trabalho, salários e carreira deverá refletir-se nas eleições do dia 18 de maio!

EM 18 DE MAIO

**LEVA A LUTA ATÉ
AO VOTO!**

